

Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação

24 de março, 2020

Ilustre Presidente da 12.^a Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação

Ex.^{ma} Senhora Deputada Eng.^a Ana Paula Vitorino,

Em primeiro lugar, cumpre-nos agradecer a V. Ex.^a a boa condução dos trabalhos e cordialidade do trato, no decorrer da audição em sede de Comissão Parlamentar, no passado dia 24 de março.

Pedimos a V. Ex.^a também, que transmita às Senhoras Deputadas e Senhores Deputados que se dignaram a estar presentes, o nosso agradecimento pela forma como os trabalhos decorreram, manifestando-lhes, uma vez mais, a nossa total disponibilidade para o diálogo e colaboração.

No sentido de corresponder à solicitação que nos foi feita, pela Equipa de Apoio à 12.^a Comissão, a rogo de V. Ex.^a, fazemos seguir um resumo das preocupações e questões levantadas perante as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados, que seguem:

Exposição Inicial

A atualidade expôs à clara luz do dia a precariedade, as fragilidades, inseguranças e as desconsiderações de que o setor da cultura tem sido alvo e, muito particularmente os artistas visuais que hoje aqui representamos.

A obrigação do Estado para com a cultura é, além de Constitucional, ela mesma o cumprimento contínuo e o resgate daquelas aspirações a que a Revolução de Abril deu voz!

A cultura no seu todo e, em particular no que diz respeito aos artistas visuais, deve ser vista como um instrumento democrático e democratizante, tão justo e necessário ao melhoramento de um sistema, que hoje, por essa Europa fora se vê a braços com anúncios da sua falência e, em resposta ouve discursos que fomentam políticas de rutura em detrimento da diversidade e paz social.

A cultura é capaz educar e instruir, sensibilizar e questionar – em suma, de proporcionar às cidadãs e aos cidadãos uma vivência madura e completa enquanto tal.

Hoje, os artistas visuais vêm-se incapazes de cumprir a sua função, e estão despidos da dignidade inerente a qualquer profissional e trabalhador, vendo-se muitas vezes obrigados a ter um emprego alternativo, de modo a prover o seu sustento – situação impediu e continua a impedir que o acesso aos apoios diretos da Segurança Social, disponibilizados no contexto da atual crise sanitária e económica.

Acompanhamos o sentimento das demais entidades representativas do setor da cultura, bem como dos organismos europeus de ver afetos 2% dos fundos europeus de recuperação e resiliência ao setor da cultura.

Da nossa parte, reconhecemos a importância das aquisições públicas, mas a política de apoios e incentivos do Governo, não pode ficar apenas por essa linha de ação.

Medidas propostas:

O SOS Arte PT considera, além dos apoios públicos imediatos, manifestamente insuficientes, apresentados pelo Executivo, ser necessário que a Assembleia da República:

1. Escrutine o novo estatuto dos trabalhadores da cultura, anunciado pelo governo, e cuja aprovação em Conselho de Ministros estará prevista para 22 de Abril. Da nossa parte, tememos que este novo estatuto não tenha em consideração a especificidades inerentes ao trabalho dos artistas visuais, que na sua maioria não possuem qualquer vínculo laboral, operando maioritariamente através de contratos de empreitada, venda direta ou por intermédio de galerias;
2. Que proceda no sentido de reformar a lei das obras públicas, de tal modo que fosse criada a obrigação de consignar pelo menos 1% do orçamento de cada empreitada à encomenda de obras a artistas visuais, algo que é prática comum em países como a Alemanha;
3. Legisle, alterando os CAE's existentes e pouco coincidentes com a realidade contemporânea, para um único, que englobe os artistas visuais na sua totalidade;

4. Inicie o debate para a reforma da lei do mecenato, para que esta na prática crie uma mais valia efetiva a quem dela se sirva e, conseqüentemente traga benefícios reais aos artistas visuais e a todo o setor cultural;
5. Por fim, o SOS Arte PT, considera da maior relevância, a reunião de um “conselho nacional de cultura”, tão eclético quanto possível, que faça notar as dificuldades e aspirações deste setor, com vista ao encontro e materialização de soluções.

Com humildade, mas cientes do momento que todos vivemos, enquanto Humanidade, Europa e País, o SOS Arte PT apela à consciência das Senhoras e dos Senhores Deputados, lembrando as palavras do orador parlamentar José Estêvão Coelho de Magalhães, figura cuja vontade política e o talento da arte visual eternizaram, às portas da Assembleia da República:

Fazei tudo quanto a época exige de vós, satisfazei a todas as necessidades públicas com desassombro, fazei coisas boas e grandes, e com isso não tereis do país senão bênçãos.

Margarida Sardinha

Presidente da Direção

A. Baião Pinto

Vogal para Direitos do Artista